REPRESENTAÇÕES SOBRE A MORTE EM FORTALEZA-CE (1920 – 1940)

*Pedro Holanda Filho**
fholandapedro@hotmail.com
Universidade Federal do Ceará

RESUMO

Com a constatação da relevância dos estudos históricos acerca dos temas vinculados à morte, o presente trabalho, cujo objetivo é investigar as práticas e representações fúnebres na cidade de Fortaleza – CE, parte da percepção de que as mudanças ocorridas na cidade e no seu cotidiano entre os anos de 1920 e 1940 acarretam novas formas de convivência e ritualização dos atos fúnebres e suas representações. Para esse estudo, utilizou-se as obras de dois memorialistas que escreveram sobre os ditos anos: João Nogueira e Eduardo Campos. Verifica-se que a modernidade acaba por transformar as práticas fúnebres e cada um desses memorialistas observa essas modificações através de uma óptica própria.

Palavras-chave: Morte – Práticas – Representações – Atos fúnebres – Modernidade.

ABSTRACT

Proving the relevance of historial studies about issues related to death, the present study, which the aim is to investigate the funeral practices and representations in Fortaleza – CE, starts from the perceotion that the changes in the city and its daily between 20's and 40's lead to new ways of living and funeral acts ritualizations with its representations. For this study, was used the works of two memorialists who wroe about the decades said: João Nogueira and Eduardo Campos. We noticed that modernity transforms the burial practices and each memorialist observe these changes over an optical themselves.

Keywords: Death – Practices – Representations – Funeral Acts – Modernity.

* Acadêmico do curso de História da Universidade Federal do Ceará; bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET-HISTÓRIA-MEC/SESu). Membro do Grupo de Estudo e Pesquisa História e Documento: Reflexões sobre História e Documento – GEPHD.

"Os mortos não têm dessas extravagâncias;
nada exigem de nós; pedem-nos, apenas,
e humildemente, o silêncio e a paz. E para
que obedeçamos e sirvamos, basta simplesmente
que os amemos."(NOGUEIRA, 1980, p. 84)

INTRODUÇÃO

Existem diversas maneiras de historicizar a morte, o morrer ou cemitérios. Nesses termos, abrem-se possibilidades de estudos sobre o imaginário; sobre a memória e suas muitas implicações, como a construção da memória, construção da imagem do herói; identidade; costumes; urbanização; arte; arquitetura; ou sobre a patrimonialização. Tamanhas possibilidades são constatadas com a publicação de um catálogo de livros, teses, dissertações e artigos organizados, dentre outros, pela historiadora Maria Elizia Borges[1].

Philippe Ariès, em seus estudos sobre a morte, discutiu as atitudes perante a mesma em um longo recorte temporal, desde a morte domada, na Idade Média quando as pessoas tinham uma postura religiosa; até a morte interdita ou selvagem, como em nossos dias, onde há a negação por parte da sociedade (ARIÈS, 2003). Nesses estudos, notadamente na concepção cristã, Ariès já esclarece como a imagem da morte modifica-se passando a ser vista como algo natural, embora ainda associada à ideia de ruptura:

> Mas o que foi feito então da morte, se já não é o jacente no leito, doente, suando, sofrendo e rezando? Torna-se qualquer coisa de metafísico que se expressa por uma metáfora: a separação da alma e do corpo, sentida como a separação de dois esposos, ou ainda de dois amigos, queridos e antigos. O pensamento da morte está associado à ideia de ruptura do composto humano, numa época que é a do túmulo da ala, onde o dualismo começava a penetrar na sensibilidade coletiva. (ARIÈS, 1990, p. 329).

Philippe Ariès conclui que as práticas funerárias modificam-se aos compará-las com as da Antiguidade, passando de uma indiferença em relação aos corpos para uma nova sensibilidade, já no século XVIII, quando tal indiferença não foi mais tolerada. Justifica o estudo feito em um longo recorte temporal, afirmando que os costumes vinculados à morte

[1] Ver BORGES; SANTOS (2010). Nessa publicação, os organizadores fazem uma compilação de trabalhos publicados sobre os temas relacionados à morte.

modificam-se lentamente, e que essas mudanças não são perceptíveis porque atravessam gerações, excedendo a capacidade da memória coletiva, alertando para o risco de se cometer erros de anacronismos de compreensão em uma cronologia curta (ARIÈS, 2003). Nosso recorte temporal é, portanto, na concepção de Ariès, demasiado curto. Tentaremos não cometer os referidos erros de anacronismos, mas o estudo aqui proposto é demarcado temporalmente por crônicas históricas cujas escritas debruçam-se sobre os anos de 1920 a 1940.

Abordando o mesmo tema de Phillippe Ariès, porém partindo de concepções diferentes, Norbert Elias (2001) discorre sobre a situação do moribundo em sociedades desenvolvidas. A sua obra *solidão dos moribundos* (2001) é construída através de uma perspectiva histórica e social comparativa. Elias aponta que todos os grupos sociais e sociedades construíram ideias específicas e rituais correspondentes sobre a morte, que se tornam um dos aspectos do processo de socialização: ideias e ritos comuns unem pessoas e grupos. A morte, seus significados e o tratamento dado aos moribundos constituem parte de uma problemática relacionada à estrutura dos grupos e dos tipos específicos de coerção a que os indivíduos estão expostos (ELIAS, 2001).

Michel de Certeau (2011), assim como Elias, discorre sobre a solidão imposta aos moribundos e o afastamento condicionado pelos vivos, saudáveis, a estes. Certeau refere-se ao morrer como o inominável, ao moribundo como o imoral e a morte é "[c]onsiderada por um lado um fracasso ou uma parada provisória da luta médica, subtraída por outro lado à experiência comum, chegando portanto ao limite do poder científico e escapando às práticas familiares, a morte é o *outro lugar.*" (CERTEAU, 2012, p. 266).

Sobre o imaginário cristão do pós-morte, Michel Vovelle (2010) discorre sobre a constituição, a busca do terceiro local (purgatório) através de imagens cemiteriais. Ainda demonstra a existência de outros locais além do purgatório, para onde se vai após a morte, como, por exemplo, o limbo. Ele pondera que estes são locais da esperança pela salvação, para aqueles que, julgados por Deus, ainda não são merecedores da morada eterna. Ainda sobre o purgatório, pensa ser "mais do que um local: é um percurso subterrâneo no qual penetram, por uma porta fortificada, almas ansiosas em oração" (VOVELLE, 2010, p. 57). Deste modo, Vovelle acena para o esforço humano em conviver com os mistérios do além-mundo e amenizar o trabalho de luto.

Em *Imagens e imaginário na história* (1997), Vovelle também traça um percurso do imaginário desde a Idade Média até hoje, organizando e interpretando as mais variadas

representações de temas como a vida, a morte e o além-mundo. Tratando das representações do Além-mundo, da laicização dos cultos e do afastamento dos mortos das igrejas e centros urbanos, chamando de "mortos no exílio", Vovelle também conclui que há uma "mutação ocorrida nas representações coletivas do Além-Mundo alinhada pelo pensamento iluminista, difundida em massa no século XIX, ou seja: a ideia de que o verdadeiro além-mundo é constituído pela memória coletiva dos vivos" (VOVELLE, 1997, p. 350.). Segundo Vovelle, os ritos e lugares fúnebres se organizam em torno da Família e do Estado. Sobre o luto, em *Imagens e imaginário na história*, Vovelle trata como um fato cultural e uma cerimônia coletiva. (VOVELLE, 1997).

A historiadora Cláudia Rodrigues (1997) elucida os sentidos, as funções dos ritos fúnebres:

> Assim, para a maioria das sociedades com uma cosmovisão religiosa, a integração do morto ao 'outro mundo' somente é reconhecida como acontecida após a realização das cerimônias fúnebres, ou quando o princípio da existência da pessoa tiver sido ritualmente conduzido à sua nova morada, no Além-túmulo, e lá for aceita pela comunidade dos mortos. Com efeito, para o homem religioso, a passagem da vida à existência post-mortem nunca é instantânea, é um trajeto, um percurso de provas e incertezas, cujo término se dá ao fim a celebração dos ritos funerários. (RODRIGUES, 1997, p. 149).

Toda essa discussão esboçada acima anuncia a relevância dos estudos históricos acerca dos temas vinculados à morte. Partindo dessa percepção é que propomos esse trabalho, cujo objetivo é a investigar as práticas e representações fúnebres de Fortaleza nas décadas de 1920 a 1940. Tal investigação parte da constatação que as transformações ocorridas na cidade e no seu cotidiano acarretam novas formas de convivência e ritualização dos atos fúnebres e suas representações. Esse período é marcado por mudanças que caminham em direção a um projeto de modernidade, cuja fase mais visível é a modernização dos espaços públicos. Como consequência desse movimento houve rupturas nos comportamentos e costumes nessa Fortaleza do início do século XX. Durante esses anos, a capital cearense é permeada por intensas transformações urbanas, ocasionando uma aceleração no cotidiano dos citadinos.

Entendendo que o termo moderno tem, em conformidade com Antonio Paulo Rezende (1993), "significado de novo, recente, de algo que não tem ligações aparentes com o passado, criando uma efetiva oposição entre o moderno e antigo, entre o novo e o velho." E, ainda de acordo com o autor citado,

> a modernidade e todas as suas possíveis derivações têm sua materialidade que atinge o cotidiano da sociedade e modifica as relações sociais. As suas repercussões, a sua penetração nos múltiplos espaços do fazer político, social, econômico dizem muito das relações de poder existente. Efetivamente, é um processo contraditório, cria conflitos, destrói valores, inventa concepções de mundo e de vida.

Portanto, para Rezende (1993) a modernidade é algo paradoxal e permeia as concepções de vida. Para Marshall Berman o que dá origem à sensibilidade moderna é "essa atmosfera – de agitação e turbulência, aturdimento psíquico e embriaguez, expansão das possibilidades de experiência e destruição das barreiras morais e dos compromissos pessoais, auto-expansão e autodesordem, fantasmas na rua e na alma" (BERMAN, 1986, p. 12).

Um dos suportes documentais que pode nos ajudar a entender as práticas fúnebres nos primeiros anos do século passado são os trabalhos dos historiadores, memorialistas e intelectuais do período ou que escreviam sobre os ditos anos. Entre esses, podemos destacar: Eduardo Campos; João Nogueira; Otacílio de Azevedo; Otacílio Colares; Raimundo de Menezes; Edigar de Alencar; Mozart Soriano Aderaldo; Antonio Bezerra de Menezes; Raimundo Girão.

No presente trabalho, nos propomos a discutir, particularmente, apoiados nas obras de dois desses cronistas – Eduardo Campos e João Nogueira – sobre as práticas fúnebres dos fortalezenses durante as décadas de 1920 a 1940.

O primeiro, por ter uma das maiores produções memorialísticas e ter exercido a profissão de jornalista, sendo diretor de jornal na capital cearense, "Correio do Ceará", o que proporcionou maiores oportunidade de publicação de crônicas. O segundo, por debruçar a sua escrita naquilo que estava a sua vista, por verificar modificações cotidianas e reivindicar a manutenção de certos valores e costumes. Tais memorialistas também nos ajudarão a perceber essas práticas fúnebres, a morte e o morrer, ou o cotidiano fortalezense, uma vez que, em consonância com Robert Darton (2006, p. 143), estas crônicas tem a possibilidade de "mostrar como uma visão urbana pode estar carregada de emoções, valores e visão de mundo".

FORTALEZA DE OUTRORA

Em *Fortaleza Belle Époque* (1999), o historiador Sebastião Ponte discorre sobre as transformações ocorridas na Fortaleza do início do século XX. Para ele havia um desejo de remodelação. Esse é um período em que ocorrem transformações nos contextos político,

social, econômico e cultural, havendo um crescimento urbano e populacional, e mudanças de comportamento dos citadinos. É nessa conjuntura que surgem novos (modernos) valores nessa sociedade fortalezense, incluindo a forma de lidar com a morte.

As transformações na cidade de Fortaleza, ou melhor, sua remodelação urbana, como relata PONTE (1999), só ocorrerá de fato se for acompanhada de uma disciplinarização social, ou seja, não ocorrendo apenas na estrutura do espaço urbano. Portanto, as intervenções urbanas adquirem conotação de intervenções sociais, ou seja, havia uma demanda à moralidade. Sendo assim, aqueles que não se encaixam nos novos parâmetros dessa Fortaleza moderna, tidos como exóticos (PONTE, 1999), são notadamente populares, sendo deste modo necessária uma disciplinarização social, ou melhor, uma disciplinarização da pobreza (OLIVEIRA, 2010).

Nas palavras do historiador Sebastião Ponte, um álbum com fotografias demonstrava aquilo que representava a modernidade, o progresso e tudo aquilo que fazia da Fortaleza uma cidade mais bela, pois a fotografia tem uma extraordinária capacidade imagética, sendo esta mesma uma novidade no cotidiano cearense, assim como no resto do país. O referido álbum expunha:

> Para gáudio dos agentes locais da modernização urbana, o livro, confeccionado em papel nobre, trazia 160 estampas de tudo o que representava o aformoseamento e o progresso da Capital no começo do século: praças recém-remodeladas, jardins públicos, ruas alinhadas com bondes, transeuntes, sobrados e estabelecimentos comerciais, Passeio Público e Parque da Liberdade e seus elegantes frequentadores, estação Central Ferroviária, mansões e fachadas art-noveau, cafés, templos, escolas, porto, praias, lagos etc. (o asilo e o cemitério não aparecem). (PONTE, 1999, p. 131).

Torna-se, desta maneira, pertinente indagar por que o cemitério e o asilo não são expostos no referido álbum. Esses não são símbolos da modernidade, do progresso, fazem parte daquilo que se deseja esconder, não são aspectos de orgulho, mas representam a degradação infalível do ser humano. Há aspectos da cidade que são invisíveis. A morte, por si só, deve ser escondida – em alguns casos proclamada – bem como seus ritos e práticas.

As transformações na capital cearense iniciam desde meados do século XIX, com a iluminação pública que deixa de ser à base de azeite de peixe e passando a ser à base de gás carbônico, o telégrafo, o serviço telefônico, e no início do XX, com a chegada do automóvel,

a melhoria do transporte, destacando-se o bonde que deixa de ter o sistema de tração animal para o elétrico, além do abastecimento de água e esgoto.

Há também marcas trazidas por essa modernidade que não são vistas com bons olhos. A cidade, a essa época, tem um crescimento populacional, o que ocasiona a criação de periferias, o aumento de pessoas desempregadas e o aumento da criminalidade. Ver-se uma luta pela manutenção de valores e costumes morais. Ao passo que muitas dessas inovações técnicas materializam-se, há também a discussão sobre uma moralidade pública e de costumes, enfim, do tradicional, comprometidas por essas inovações, nem sempre desejadas.

É notório como todas essas transformações, que a cidade de Fortaleza passa, sejam no âmbito técnico ou nos costumes, caminham em conformidade com características basilares da modernidade defendida pelo historiador José Arimateia, quais sejam a ruptura, o progresso e a aceleração (OLIVEIRA, 2010). Há um melhoramento dos serviços prestados na capital cearense, que provocam uma "aceleração", como o bonde e o melhoramento e alargamento das vias ou a inserção do automóvel no cotidiano dos fortalezenses em defesa do progresso.

Se por um lado há as inovações inevitáveis e tão desejadas no âmbito técnico e progresso tecnológico, por outro lado, quando se ameaçam os comportamentos da população, consideráveis estáveis, no que se refere à moral e os bons costumes, há um combate a essa modernidade.

CRÔNICAS HISTÓRICAS

O que nos interessa é questionar, a partir da demonstração dessa Fortaleza, moderna, que busca o progresso, como as práticas de enterramento são afetadas, por essa modernidade; como a morte e o morrer passam a serem vistos nessa sociedade fortalezense e quais as representações fúnebres dessa Fortaleza que se transforma em direção à modernidade, cada vez mais urbana, sem, contudo, deixar suas características provincianas, como aponta PONTE (1999). Para atender aos questionamentos que surgiram, lançaremos mão das crônicas históricas, pois seus autores demonstram atitudes de compreensão íntima e entendemos essas crônicas como representações dessa Fortaleza do início do século passado.

Segundo Roger Chartier, as representações são "matrizes de discursos e práticas diferenciadas que tem por objetivos a construção do mundo social" (CHARTIER, 1990, p. 18). As representações podem mostrar os meandros da sociedade, são portadores do simbólico, falando mais do que enunciam a uma primeira vista. Indivíduos e grupos dão

sentido ao mundo por meio das representações que constroem a partir do real. Sandra Jatahy fala que as representações carregam sentidos ocultos que

> Construídos social e historicamente, se internalizam no inconsciente coletivo e se apresentam como naturais, dispensando reflexão. Há, no caso do fazer ver por uma imagem simbólica, a necessidade da decifração e do conhecimento de códigos de interpretação, mas estes revelam coerência de sentido pela sua construção histórica e datada, dentro de um contexto dado no tempo. (PESAVENTO, 2008, p. 41).

Os memorialistas nos permitem debater essas representações de uma forma mais ampla, além e especificamente, das fúnebres. Pois "as representações expressam códigos sociais que conferem sentido e significado às práticas coletivas. Discutir as formas de representação da cidade [...] – através dos memorialistas – permite abordar as representações sociais e a experiência de cidade do seu grupo social." (MONTEIRO, 2008, p. 278).

A partir destas crônicas podem-se vislumbrar as nuanças do cotidiano da cidade e, consequentemente, as práticas fúnebres e como estas são afetadas nessa Fortaleza moderna. Em consonância com OLIVEIRA (2010), sobre tais crônicas históricas:

> Não seriam todas e quaisquer crônicas que se incluiriam nesse afã de rememoração/memorização da cidade. Nesse ponto, especificamos que as crônicas que se prezam a tal intento devem se fazer acompanhar, sobremaneira, de aspectos que as deixariam com as características mesmo de similitude (ou verossimilhança, se preferimos) com a história, merecendo assim tais crônicas a pomposa dignificação de 'crônicas históricas' (OLIVEIRA, 2010, p. 11).

Embora tais crônicas não operem com o método historiográfico, os referidos cronistas escreveram em um momento que eles próprios constatam uma ruptura, notadamente nos costumes, registrando o que está se transformando ou mesmo próximo de desaparecer. Essa é a importância dos cronistas, pois, através deles, pode-se discutir sobre as transformações do dia-a-dia fortalezense, incluindo as práticas de enterramento.

É bastante interessante como o historiador José Arimateia (2010) legitima o uso das crônicas como fontes, entendendo-as como "cartões-postais" da cidade ou mesmo como lugares de memória[2], visto que estas tem a função de administrar o passado no presente.

---

[2] No sentido dado por Pierre Nora (1993).

Assim, o passado é lugar de outra cidade e as crônicas são os "cartões-postais" dessa cidade (OLIVEIRA, 2010).

JOÃO NOGUEIRA – O GRANDE MOMENTO

João Nogueira, engenheiro, formado no Rio de Janeiro, em meio a "rapazes republicanos e positivistas", como diz Mota (1981) ou, segundo Raimundo Girão, profissional de "alta competência e quase intransigente honestidade" (GIRÃO *apud* OLIVEIRA, 2010: 16.). Nogueira nasceu e morreu em Fortaleza, filho do Desembargador Paulino Nogueira, de quem, segundo Murilo Mota, guardou "uma natural disposição literária para o bom humor". Otacílio Colares, outro cronista fortalezense, refere-se a João Nogueira como,

> no máximo, um cronista circunstancial, que, ao longo de muitos anos, preenchia seus lazeres de engenheiro civil com o de escrever [...] sobre o que, da sua infância até a maturidade, foi vendo, amando, anotando, na proporção em que os tempos, por sua vez, foram mudando, modificando-se a mentalidade das gerações e, como consequência, a feição de sua cidade amada. (NOGUEIRA, Otacílio Colares, prefácio da 2° edição de "Fortaleza Velha", 1981)

Seu amor pela capital cearense lhe rendeu o apelido jovial de "o noivo da cidade" (GIRÃO *apud* OLIVEIRA, 2010: 16), lembrando-se que não era matrimoniado, além de todo o carinho depreendido pela capital cearense. Segundo Raimundo Girão, "Ninguém tocasse na cidade. Fortaleza era a jóia de lavor antigo que se devia conservar intacta, a fim de nada perder de sua preciosidade." (GIRÃO *apud* OLIVEIRA, 2010: 16).

Talvez por isso na obra *Fortaleza Velha*, João Nogueira tenha imprimido um tom nostálgico, que pode justificar a epigrafe deste trabalho, à obra, cuja primeira edição é publicada em 1954, com enlevo memorialístico, ilustrando de maneira convincente as décadas iniciais do século XX, seus costumes, diversões e espírito da cidade. Nogueira demonstra um cotidiano urbano que passa pela experiência de ruptura com a tradição e de luto em relação ao passado.

A obra citada perpassa, através das memórias de seu autor, por vários lugares da Fortaleza em fins do século XIX e início do XX, como o passeio público, ruas, praças e ressaltando obras que modificavam os costumes e mentalidades da época, como a iluminação pública, também um símbolo da modernidade que chegava à cidade nesse período.

Sempre em tom nostálgico, Nogueira faz um contraste entre os enterramentos e demais práticas fúnebres em diferentes épocas. Lembra que os locais de sepultamento eram nas igrejas, depois no cemitério São Casimiro e, por fim, com o fechamento deste por vários motivos já demonstrados pelo historiador Henrique Sérgio Batista (2002), no cemitério São João Batista. Ressalta as procissões em torno dos falecidos no caminho para as suas últimas moradas, passando antes, claro, pela igreja da Sé. Todo o ritual, com sua cadência ritmada pelas contas do rosário, anunciava rezas e penitências, choros e silêncios, gestos de respeito e contrição diante da morte.

Em contraste, Nogueira afirma que já nos anos de 1920 a 1940, os sepultamentos já não tinham uma participação tão numerosa, nem eram tão divulgados e solenes: "atualmente a sacramentação *in articulo mortis* se faz tão silenciosamente que a comunidade dos fiéis já não toma parte, com suas orações e votos, neste passo doloroso." (NOGUEIRA, 1981, p. 80). Portanto, o trabalho de luto modifica-se em relação às décadas anteriores, ficando cada mais vez mais solitária e íntima. Pois, ainda segundo Nogueira: "Outrora não era assim. Misturava-se o Sacramento a quem estivesse *in extemis*, comum cerimonial caído em desuso, há cerca de cinquenta anos." (NOGUEIRA, 1981, 80).

Mais uma vez, voltando em torno de cinquenta anos que debruça a sua escrita, Nogueira afirma que, por meio dos sinos da Matriz, todos sabiam da ocorrência de morte. Os convites de enterro eram, segundo Nogueira, "impressos em larga folha de papel tarjado, com figuras e dizeres bem acordes com o sentir do tempo." (NOGUEIRA, 1981, 81)

Esses convites de enterro configuravam-se em uma mistura de símbolos aglutinados, lembrando que "do pó viestes e ao pó retornarás"; a morte, representada por um esqueleto humano, com sua foice; um anjo elevando-se ao céu que carrega uma forma humana ao Padre Eterno, rodeado com anjos e serafins. Por fim e continuamente em tom nostálgico, Nogueira resume que, "há cinquenta anos passados os enterros entre nós eram verdadeiras procissões, que se estendiam, algumas vezes, por mais de um dos nossos quarteirões" (NOGUEIRA, 1981, p. 82), acompanhado por irmandades que "marchavam em longas filas, solene e silenciosamente" (NOGUEIRA, 1981, p. 82), o caixão levado a tiracolo, até à Catedral todos iam descobertos "vestidos de rigoroso luto", todos na cor preta, daí em diante, até o Cemitério, "todos se cobriam porque *já estava encomendado o corpo"* (NOGUEIRA, 1981, p. 83).

Cláudia Rodrigues (1997), também utilizando memorialistas na investigação das práticas funerárias, nos leva a entender que as mudanças denunciadas por João Nogueira em Fortaleza

nos ritos fúnebres, eram os mesmos no Rio de Janeiro. Segundo RODRIGUES (1997), ainda no século XIX:

> os mortos nos seus funerais eram alvos de um tratamento que ia desde a preocupação extremada com o vestuário aos cuidados com o caixão e com a armação da casa e da igreja. Os velórios e os cortejos eram ocasiões de "festa", no sentido de concorrência de grande número de assistentes e acompanhantes. De agonia à morte, desde à sepultura, a solidão e o silêncio estavam ausentes; desde a administração dos últimos sacramentos até o sepultamento, a presença de parentes, amigos, fiéis afiliados às irmandades e do clero era buscada como fonte de oração pelas almas dos mortos; tudo acrescido dos insistentes dobres dos sinos das igrejas por onde passasse o cortejo do viático e, depois, o fúnebre. (RODRIGUES, 1997, p. 166).

Já nas primeiras décadas do século passado, João Nogueira aponta uma "velocidade americana", uma vida corrida, com certa agilidade. Relata sobre os tempos modernos[3], que proporcionam o desaparecimento de certos costumes e o surgimento de entretenimentos modernos (NOGUEIRA, 1981). Os ritos fúnebres são caracterizados pela pouca solenidade, puxados à máquina (anteriormente carregado nos braços), passando com certa velocidade, convidados vestidos de todas as cores (antes sendo costume vestir apenas a cor preta). Destacando-se ainda o enterro dos anjinhos, sempre festivos e risonhos, claro com a presença de muitas crianças. (NOGUEIRA, 1981).

João Nogueira demonstra sua tristeza com os tratamentos dados àqueles que descansam com Deus: "Como se explica que uma sociedade católica e de sentimentos religiosos tão vivos quanto aquela tratasse com semelhante desprezo aquilo que em toda parte é venerada!" (NOGUEIRA, 1981, p. 75).

Contudo, essas transformações nos rituais fúnebres já denunciadas por João Nogueira, não são inéditas. Retomando Rodrigues (1997), percebamos que, partir do século XIX as práticas fúnebres são modificadas, pois há a preocupação com uma higienização dos corpos, uma preocupação com a saúde coletiva, os enterramentos nas igrejas são proibidos, criam-se cemitérios públicos, afastados dos centros urbanos. (RODRIGUES 1997), e as mesmas ideias são corroboradas por Batista (2002). Sendo essas mudanças nos atos funerários, uma segunda transformação ocasionada agora pelo advento da modernidade.

---

[3] Ver OLIVEIRA (2010). O referido autor faz reflexões sobre os tempos modernos a partir das narrativas, memórias e crônicas, as quais são utilizadas neste trabalho.

EDUARDO CAMPOS – "A ETIQUETA DO NOJO"

Eduardo Campos, outro cronista de vasta produção memorialística, nasceu em Pacatuba – CE, no ano de 1923, mudando-se pra Fortaleza ainda muito criança. Em entrevista dada ao historiador Sebastião Ponte em virtude do projeto "História e memória do jornalismo cearense", Campos fala das suas influências, sejam na literatura – José de Alencar, Machado de Assis (leituras feitas aos 14 anos de idade); sejam no teatro – Antônio Giullia Bragallia, Maiakovsky, Dostoievsky. É formado pela Faculdade de Direito, exaltando a sua capacidade aguçada de ler e aprender. Foi diretor do jornal "Correio do Ceará" entre os anos de 1940 e 1960, sendo também radialista da rádio "Ceará Rádio Clube", Presidente do Instituto do Ceará e da Academia Cearense de Letras.

A obra de Eduardo Campos, aqui elencada para discussão em torno das práticas fúnebres dessa Fortaleza dos anos de 1920 a 1940, é "O inventário do quotidiano – Breve memória da cidade de Fortaleza". Logo na justificativa do seu livro, Eduardo Campos, afirma que é "evidente o resgate da memória da cidade de Fortaleza, tomada a seu passado, e, possivelmente, fugindo aos moldes tradicionais." (CAMPOS, 1996).

A exemplo do que ocorre na obra de Nogueira, Eduardo Campos também lança seu olhar em direção a vários lugares e modos de vida da Fortaleza entre o final do século XIX e princípio do XX. Retratando a cidade de Fortaleza em seu aspecto físico, seus bairros e sua ruas, tenta criar um mapa da cidade por meio das suas memórias. Ainda ressalta os costumes, modos de vestir e comportamentos de seus habitantes. A partir da escrita do romancista Oliveira Paiva, Eduardo Campos reapresenta a situação urbanística e o próprio cotidiano daquelas pessoas que residiam à cidade naqueles longínquos anos.

Sobre os anos vinte do seu século, Eduardo Campos afirma que é "a esse período atribuível o despertar da conscientização da sociedade, à frente o próprio contextos administrativo quanto às reais condições desenvolvimentistas do Estado." (CAMPOS, 1996). O referido autor ressalta a inserção de máquinas de grande porte na capital cearense, as festividades daqueles anos, a moda e condutas femininas, o cinema e as inspirações trazidas por este, o nascimento da Rádio Clube Cearense (primeira rádio do Estado) e com isso um novo modo de jornalismo, mas também revela a já citada "sociedade indesejável", os males causados por esse progresso, pela tão desejada modernidade e seu desejo de disciplinarização:

"Desafortunadamente o progresso também traz a reboque as distorções sociais, e vícios. Nessa situação já se consome na capital éter e cocaína." (CAMPOS, 1996, p. 32).

Sobre os anos de 1930, a sua escrita se torna mais íntima, revelando ainda mais as suas memórias. O contexto gira em torno da família, da casa, dos móveis, dos lugares de sociabilidades, como a bodega, as festividades, mas também ressalta, assim como Nogueira, obras públicas e inovações técnicas que modificam os costumes e mentalidades da época, sintomas da eminente modernidade, como a construção do aeroporto, o aumento do número de bondes, a inserção de ônibus – gerando uma nova forma de locomoção, mais rápida e eficaz; fogões a gás, telefone e tomadas de corrente elétrica.

Nesses anos é que recai o olhar do cronista sobre as práticas fúnebres, pois: "Ir a enterro, fazia parte da etiqueta do nojo." (CAMPOS, 1996, p. 60). Eduardo Campos detalha a vestimenta que se usava para exteriorizar o último sentimento humano, fazendo parte do trabalho de luto: devia-se usar fumo (tarja preta), no chapéu – no caso de homens. Segundo o autor,

> o pesar da família obedecia regras especiais a partir do estabelecimento do corpo na sala de visitas (os enfeites apartados dali), passando pelo ritual medievalesco de os parentes, retornando do cemitério, entreterem o sofrimento tomando café ou chocolate (CAMPOS, 1996, p. 60-61).

Nos anos trinta do século XX, o citado cronista ressalta a indumentária do luto, usada por três meses seguidos, daí para frente não era necessário o uso de roupas escuras. "Nas mulheres as roupas não deviam ser claras, mas nostálgicas, isto é, sem ramagens e coloridos." (CAMPOS, 1996, p. 61).

Por uma semana, segundo Campos, a casa deveria ficar em total silêncio, o fumo (tarja preta) subia para os retratos das paredes, que, aliás, os que apareciam o falecido sorrindo, eram retirados das paredes, numa clara alusão à tristeza do momento, pois, se trazia tanto sofrimento para os parentes, deveria trazer também ao que já descansava com Deus. Nesse sentido, a morte traz um sentimento paradoxal, pois, se descansar com Deus deveria ser uma benção, deveria também trazer tristeza e dor.

Ainda fazendo parte do luto, da etiqueta do nojo, Eduardo Campos rememora que, após alguns dias, a família divulgava algum soneto doloroso, cheio de saudade. E "passada a missa de sétimo dia, os de casa se preparavam para receber as visitas de condolências. Estas

partilhavam o sentimento de dor, apresentando-se vestidas de roupas escuras" (CAMPOS, 1996, p. 62), Pois as orações fazem parte de uma prática coletiva, uma solidariedade da comunidade dos vivos, preocupados com o destino do falecido, para que este repouse com Deus e não se perca nos caminhos do Além-mundo.

CONSONÂNCIAS E DISCORDÂNCIAS

Na escrita desses dois memorialistas, há, com certa evidência, muitas aproximações e distanciamentos, afinal, tratando de memórias, com suas conhecidas artimanhas, sempre seletiva, não raro arbitrária, cada autor direciona o seu olhar para algo que lhe chama mais atenção, que lhe tem maior significado. Com esses modos de visão diferentes, não se trata de afirmar que há memórias autênticas ou mentirosas.

Não se trata, portanto, de perceber as diferenças entre esses dois cronistas, suas memórias e escritas, mas sim como a modernidade acaba por transformar as práticas fúnebres, constatadas a partir de suas crônicas. A característica fundamentalmente diferente das obra de João Nogueira e Eduardo Campos é a sua temporalidade de escrita. Enquanto Nogueira escreve no calor do momento e reivindica a manutenção dos costumes e valores que constata modificação, Campos escreve sobre suas memórias de infância.

As concordâncias em torno das escritas são muitas, pois ambos escrevem sobre os mesmos anos, constatam os mesmos costumes e modos de vida, bem como as suas modificações e como as inovações técnicas permearam essas transformações. O advento da modernidade modifica os costumes, sociabilidades, altera o cotidiano dos citadinos. As práticas fúnebres não ficam isentas dessas transformações.

Desde o fim do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, a cidade de Fortaleza é permeada por influências estrangeiras, como nos demonstraram PONTE (1999), OLIVEIRA (2010) e NOGUEIRA (1981), a modernidade modifica os costumes por meio de uma disciplinarização social, como já mencionado aqui.

Se a historiadora Cláudia Rodrigues demonstrou que há uma modificação nos ritos fúnebres quando há uma maior preocupação com a higienização dos corpos, a construção de cemitérios laicos e afastados dos centros urbanos, através das crônicas históricas, tidas como "cartões-postais" dessa Fortaleza do início do século XX, percebe-se as mudanças de atitude diante da morte e do morrer com o advento da modernidade.

Eduardo Campos concorda com João Nogueira no que tange às práticas funerárias daqueles anos, entretanto, sob sua óptica, não é algo ruim, nostálgico, como Nogueira demonstra. Para Campos, esses ritos fúnebres fazem parte da obrigação que se tem com a sociedade. Nogueira vê como resultado de mudanças advindas da modernidade, como um dos males dessa modernidade e uma falta de respeito para com seus mortos. Essas novas práticas são, segundo Nogueira, frutos dessa nova mentalidade, tida como moderna.

Há uma "aceleração" no cotidiano dos fortalezenses, ocasionada por essa modernidade. As práticas fúnebres não escapam dessas mudanças, a morte e o morrer passam a ser um não lugar, não desejado e se busca o afastamento dos mesmos o quanto antes.

Por meio das obras elencadas desses dois memorialistas, nota-se que não existe uma ruptura nos seus costumes, incluindo os fúnebres, mas um processo de transformação, tornando-se menos solene com o passar do tempo. Sejam escritos em tom nostálgico ou como uma obrigação perante a sociedade, esses memorialistas demonstram que os trabalhos de luto e tratamento dados aos finados, bem como a morte, fazem parte da funcionalidade da sociedade, pois a sua intermitência é que causaria maiores danos e dores do que a finitude, sendo a morte uma parte integrante da sociedade, pois existe uma certeza perante a humanidade: a morte atingirá a todos.

A morte é uma certeza, embora se exista a tendência de fugir dela ou, ao menos, busca-se não pensar ou falar sobre ela, afinal, normalmente a morte é sinônimo de dor, sofrimento e tristeza. O morrer caracteriza-se por um saber: a morte se aproxima; e ter ciência dessa aproximação causa, quer queira, quer não, sofrimento. Partilhar bens materiais, designa-los ou expressar a "ultima vontade", o trabalho de luto, a lembrança dos que já estão no "outro lugar", são ações carregadas de sofrimento.

Percebe-se que há uma mudança nas representações da morte e do morrer nos ditos anos na cidade de Fortaleza. O progresso técnico acarreta em novas formas de sociabilidade e o trato com o morto e a morte modifica-se, diminuindo a solenidade nesse trato. O trabalho de luto é diminuído, talvez evidenciando uma mudança na preocupação com o pós-morte.

Utilizar testamentos, inventários e jornais da época, em diálogo com os memorialistas, trazem possibilidades para o estudo dessa sensibilidade diante da morte, do morto e do trabalho de luto, pois testamentos e inventários são documentos produzidos no contexto da morte e são relevantes para estudos da cultura material e espiritual e utilizar periódicos possibilita estudar uma grande cama de temas, sobretudo o cotidiano.

A morte, biologicamente falando, é a parada das funções vitais; o corpo não viverá para sempre, suas funções vitais cessarão e a vida acabará aí, mas a morte não, ela está apenas começando; estudar os temas relativos à morte é estudar, sobretudo a assuntos referentes à vida.

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARIÈS, Philippe. *O homem diante da Morte.* Vol. II. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.

______. *História da morte no ocidente.* Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.

BATISTA, Henrique Sérgio de Araújo. *Assim na Morte como na vida*: Arte e Sociedade no Cemitério São João Batista (1866 – 1915). Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria da Cultura e Desporto, 2002.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido se desmancha no ar*. A aventura da modernidade. São Paulo. Editora Schwarcz, 1986.

BORGES, Maria Elizia. SANTOS, Alcienia Rodrigues (orgs.). *Estudos cemiteriais no Brasil*: catálogo de livros, teses, dissertações e artigos. Goiânia: UFG/FAV/Ciar/FUNAPE, 2010.

CAMPOS, Eduardo. *O inventário do quotidiano*: breve memória da cidade de Fortaleza. Fortaleza: Edições Fundação Cultural de Fortaleza, 1996.

______. In: PONTE, Sebastião (coord.). *História e Memória do Jornalismo Cearense*. Fortaleza: Núcleo de Documentação Cultural – NUDOC/ UFC, Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado do Ceará, Secretária de Cultura – SECULT, 2004.

CERTEAU, Michel de. O inominável: a morte e morrer. In: *A invenção do cotidiano:* artes de fazer. 17. Ed. Petrópolis, RJ. Editora Vozes, 2011.

CHARTIER, Roger. *A história cultural*: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990.

DARTON, Robert. *O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa.* 5. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2006.

ELIAS, Norbert. *A solidão dos moribundos, seguido de Envelhecer e morrer*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

MONTEIRO, Charles. A cidade em textos e imagens na obra de Érico Veríssimo. In: *Imagens na história.* São Paulo: Editora Hucitec, 2008. p. 278 - 292

NOGUEIRA, João. *Fortaleza Velha.* 2° ed. Fortaleza: Edições UFC, 1981,

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n° 10. 1993.

OLIVEIRA, José de Arimatéia Vitoriano de. Tempo moderno conforme narrativa ou a memória, a crônica, a história, o cotidiano: Fortaleza nas décadas iniciais do século XX. *Dissertação de Mestrado*. Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, 2010.

PONTE, Sebastião Rogério. *Fortaleza Belle Époque:* reformas urbanas e controle social (1860 – 1930). Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1999.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & história cultural.* 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

REZENDE, Antonio Paulo. A modernidade e o modernismo – significados. *Série História do Nordeste*. Recife. Vol 01. N° 14. p. 7-24. 1993.

RODRIGUES, Cláudia. *Lugares dos mortos na sociedade dos vivos*: Tradições e transformações fúnebres no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Diversão de Editoração, 1997.

VOVELLE, Michel. *As almas do purgatório ou o trabalho de luto.* São Paulo: Editora UNESP, 2010.

______. *Imagens e imaginário na história:* fantasmas e certezas nas mentalidades desde a idade média até o século XX. São Paulo: Ática, 1997.